

Desenvolvimento territorial e agricultura familiar: reflexões a partir da comunidade de Piedade de Santa Rita

Alan Henrique Delfino França Fonseca (graduando em economia pela UFSJ)

Renata Guimarães Vieira (doutora em economia pela UFMG)

Resumo

Desde o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em 2016, a cidade de Mariana e seu entorno vem sofrendo uma crise decorrente do crime em si e também da perda de parcela dos recursos provenientes da mineração. Neste contexto, emerge a reflexão sobre alternativas de desenvolvimento territorial para a região, dentre as quais se destaca a agricultura familiar. A partir da atuação dos autores no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDES) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), foi possível ter contato com as pessoas que se dedicam à agricultura familiar na região, especialmente na comunidade de Piedade de Santa Rita. Este texto é resultado desta experiência em campo, e busca tecer a partir delas reflexões acerca de temas como o desenvolvimento territorial/rural, as políticas públicas para a agricultura e a sinergia entre agentes do poder público, a Universidade e os produtores.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento territorial, economia popular, extensão universitária.

Área temática: políticas públicas e planejamento regional e urbano

Introdução

Este artigo foi motivado pela atuação do NUPEDES – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social - através de projetos de extensão vinculados à Universidade Federal de Ouro Preto, em comunidades rurais da região, dentre elas a comunidade de Piedade. Participamos deste núcleo como aluno bolsista (Alan Delfino) e professora colaboradora (Renata Vieira), e julgamos ser importante registrar a nossa experiência, buscando contribuir para o diálogo com projetos extensionistas similares de outras Universidades.

A experiência atuando junto à comunidade de Piedade nos leva a acreditar que a agricultura familiar e a agroecologia, desenvolvida a partir da lógica dos empreendimentos populares e solidários, constitui-se como uma importante alternativa de desenvolvimento, especialmente para a região em questão. Isto porque a atividade mineradora vem sendo historicamente a atividade econômica mais relevante e que recebe mais recursos estatais na região, apesar de trazer consequências questionáveis para a comunidade, tanto em termos de geração de renda quanto em termos de qualidade de vida, afetando negativamente a saúde das famílias e do meio ambiente em geral.

Nesse sentido, a agricultura familiar vem recebendo um reconhecimento crescente junto à comunidade urbana (sendo seus principais consumidores os residentes das cidades de Mariana, Ouro Preto e Belo Horizonte) e também junto ao poder público local. Exemplo disso foi a presença do Prefeito de Mariana, Sr. Duarte Júnior, na mesa de abertura do Segundo Encontro da Agricultura Familiar, realizado em Mariana no dia 17 de outubro de 2018, onde as iniciativas do setor foram elogiadas e reconhecidas (embora não venham recebendo apoio satisfatório, por enquanto).

No texto, abordaremos o assunto da seguinte maneira. Primeiro, trataremos de um panorama geral do surgimento da Economia popular e solidária até seus desdobramentos chegarem ao Brasil, e sua relação com Agroecologia e a Agricultura Familiar. Relataremos a atuação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social(NUPEDES) vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP),apresentando suas ações desenvolvidas, explorando e apresentando seus projetos extencionistas que atuam junto às comunidades do colar metropolitano de Belo Horizonte, seguido de um panorama histórico da cidade de Santa Rita de Ouro

Preto juntamente com as ações e perspectivas do andamento do projeto. Ressaltamos a importância das ações realizadas junto às comunidades em torno de Ouro Preto e Mariana (MG) onde a predominância da extração de minério de ferro e o crime ambiental provocado pela empresa Samarco Mineradora atingem diretamente a produção e a qualidade de vida local. Buscamos refletir ainda sobre como a Agricultura Familiar e a Economia Popular se fazem presentes na sociedade rural como alternativa ao sistema vigente, apresentando um contexto social alternativo aos grandes centros urbanos e a importância da geração de renda local.

Economia popular e agroecologia no Brasil

O reconhecimento que tais iniciativas vêm recebendo não é, porém, fruto de uma atuação recente. Conforme ressaltado anteriormente, as bases de tais empreendimentos vêm do que se denomina Economia Popular e Solidária, que apesar de existir na prática desde tempos remotos, pode ter seu surgimento conceitual mapeado a partir de acontecimentos específicos do final do século XVIII na Inglaterra. Neste momento, a Revolução Industrial se consolidava, e os trabalhadores começavam a ser substituídos por máquinas nas fábricas. Naquele contexto, muitos trabalhadores acabaram ficando desempregados, acarretando no desamparo causado pelo sistema capitalista em plena expansão.

Dado esses acontecimentos, Robert Owen, um reformista social inglês da época, propõe a criação de aldeias comunitárias em torno das indústrias que vinham dispensando seus funcionários. Essas indústrias, das quais saíam o sustento das famílias, eram o principal meio de geração de renda na Inglaterra. Iniciaram então, a criação de aldeias ao redor das indústrias no intuito de produzir para subsistirem. Além disso, essas comunidades pretendiam fortalecer o movimento trabalhista, e também promover a produção e a autogestão coletiva para própria alimentação.

Com a evolução destas ideias, surge na Europa, já no início do século XX, o conceito de economia solidária. Segundo Barbosa (2018) as demandas sociais agrupadas sob o prisma da economia solidária ganharam forma institucional na Europa, combinando-se às possibilidades abertas pelo Estado de bem-estar social – como exemplo, temos as sociedades mutualistas que se especializaram em proteção social, as cooperativas de consumo e os sindicatos na luta trabalhista. O autor esclarece que na

América do Sul, não ocorre tal processo de institucionalização, o que torna as iniciativas populares mais adaptáveis a culturas e ambientes sociais específicos.

O conceito de economia solidária é adaptado e surge na América do Sul como Economia Popular. Coraggio(1995) ressalta que este processo é alavancado pela ascensão das políticas neoliberais, especialmente a partir da década de 1980. No Brasil, o conceito ganha força com a reação de movimentos sociais frente à crise do projeto desenvolvimentista que vinha sendo implementado e se esgota em meados da mesma década. Tal crise acarreta em altíssimos índices de desemprego em massa causados, dentre outros fatores, pela financeirização da economia, reestruturação dos processos de trabalho (transição do taylorismo-fordismo para toyotismo) e pelo avanço tecnológico (Antunes, 1995; Ianni, 1999).

O fortalecimento conceitual da ideia de economia popular, porém, não significa que esta forma de produção e circulação não estivesse, desde há muito tempo, presente na composição da economia do País. Conforme ressalta Barbosa,

A partir da história de Antônio Conselheiro, que liderou um fato político de proporções históricas, tem-se alguma noção de que no final do século XIX havia milhares de pessoas no sertão para segui-lo e formar Canudos. A economia popular produzia bens e permitia a reprodução material das pessoas afastadas do circuito da economia de exportação. Euclides da Cunha aponta para a existência da economia popular no sertão: “Causava dó verem-se postos a venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vaum, caprino etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos e casas, etc. (Cunha, 1902, p.241). Fausto (1995, p.70) também descreve brevemente como era composta a base da economia popular até o século XIX: “A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. “Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos” (Barbosa, 2018, p.83).

A economia popular está presente no cotidiano, especialmente no meio rural (mas também no meio urbano) há muito tempo. O que ocorre com a transição entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo da década de 1980 é a desarticulação do mercado de trabalho urbano, deixando uma população de desassistidos que reage, e desta reação tem-se a consolidação da ideia de economia popular. Desde então, a Economia Popular e Solidária tornou-se tema de debates, pesquisas acadêmicas e políticas públicas. Assim, o movimento vem agregando um número cada vez maior de trabalhadores, desempregados ou não, se fortalecendo e se expandindo no Brasil.

A economia solidária se coloca como uma alternativa ao modelo vigente. A economia solidária faz parte de um processo mais amplo de reestruturação produtiva com base em princípios e valores opostos ao modelo capitalista, com implicações profundas tanto no modelo da produção quanto no modelo de acumulação e na organização do trabalho.

A economia solidária não pode ser vista como um conjunto de práticas econômicas periféricas e informais no interior de uma economia capitalista. Ela pressupõe uma “nova forma de relacionamento, organização, metodologia de trabalho, formas de troca que busquem, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais”(Gadotti, 2009).

Cabe ressaltar que, nos empreendimentos de Economia Popular e Solidária, a propriedade dos meios de produção é coletiva, dela participando todos os que neles trabalham. Portanto, onde se pratica a economia solidária não há lucros e nem salários. A receita de venda dos produtos pertence integralmente aos trabalhadores associados, que democraticamente decidem – cada pessoa tem um voto – como ela deve ser dividida entre investimentos e gastos de consumo dos trabalhadores e como esta última parte deve ser repartida entre os sócios. Logo, quem se engaja na economia solidária trabalha e ganha a vida, e ao mesmo tempo luta por uma sociedade mais justa e mais ecológica.

A faceta ecológica da economia popular se faz ainda mais presente no caso da produção de agroecológicos, que consiste em práticas agrícolas que visam ao cultivo ambientalmente sustentável e economicamente eficiente, gerando, assim, renda para comunidade produtora, e produtos saudáveis e de qualidade para o público consumidor e a um preço justo para ambos os lados. Promove-se, assim, o intercâmbio entre comunidade local e o consumidor acarretando na aproximação de pessoas interessadas no bem-estar, possibilitando a troca de informações sobre os produtos comercializados, permeada por uma relação mais pessoal. Os mecanismos de comercialização que promovem tal proximidade, como as feiras, configuram novas oportunidades de inserção econômica para agricultura familiar, garantindo segurança alimentar e nutricional e se associam a formas de desenvolvimento local.

De certo, a Economia Popular e Solidária, acima de tudo valoriza os laços familiares e amigáveis dentro das comunidades, desde a organização da família até as cadeias produtivas em que a agricultura familiar está inserida. Promovendo a troca de

produtos entre cada família que se reúne para melhor atender o bem-estar da comunidade e também comercializar seus produtos.

Inegavelmente, a Agricultura Familiar é uma relevante fonte de renda para as comunidades afastadas dos centros urbanos. Mesmo em um contexto em que o agronegócio e a produção agrícola em larga escala predominam, a agricultura familiar vem ganhando espaço e mostrando a sua relevância para o consumo consciente e saudável de alimentos. Nos dias atuais a Agricultura Familiar produz 70% dos alimentos que são consumidos no Brasil, que foram beneficiados por políticas públicas que viabilizem oportunidades aos produtores para entrarem no mercado através de feiras municipais.

Como veremos no relato do Presidente da AAFAPRE - Associação de Agricultores Familiares de Piedade e Região.- as políticas de apoio à agricultura familiar promovidas nos anos 2000 pelo governo federal foram um passo fundamental para o fortalecimento da atividade. Porém, vale ressaltar que houve muita luta para que tal demanda social fosse considerada nos planos de governo. Conforme ressalta (Gaião, 2017), nas décadas de 1960 e 1970 as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados, como os grandes latifúndios produtores de commodities destinadas à exportação, visando à superação dos desequilíbrios da balança comercial do País. Assim, as demandas da agricultura familiar eram praticamente excluídas da cobertura dada pelas políticas agrícolas.

Apenas em 1994, em resposta às reivindicações históricas dos agricultores familiares, foi criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), o que, para (Gaião, 2017), foi um passo inicial fundamental para a constituição da primeira política pública direcionada à agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), lançado em 1996. O programa é considerado um marco do reconhecimento do Estado brasileiro à importância social e econômica da agricultura familiar (Grisa et al, 2014). Com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos agricultores familiares, o Programa foi formulado para atender às reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais que exigiam a criação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento, provendo crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais (Mattei, 2014).

Segundo Grisa *et al*(2014), os recursos destinados ao Pronaf vem crescendo desde sua criação, tendo saltado de aproximadamente R\$ 650 milhões em 2006 para quase R\$ 16 bilhões em 2012. No Plano Safra da Agricultura Familiar de 2013/2014, o valor disponibilizado teria aumentado para R\$ 21 bilhões. Os autores explicam ainda que o acesso ao Pronaf é reservado para os agricultores que atenderem aos seguintes critérios: que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas; que residam no estabelecimento ou em local próximo; que não detenham área superior a quatro módulos fiscais; que no mínimo 50% da renda bruta familiar seja originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento; e que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 360 mil reais. Ainda segundo Grisa et al (2014, pg????), estima-se que o Pronaf beneficia 40% dos agricultores familiares brasileiros e está presente em 97% dos municípios.

Além disso, Ferreira (2013) destaca que o programa disponibiliza diversas modalidades, dentre elas: Agroindústria, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Microcrédito Produtivo Rural, Agroecologia e Mais Alimentos. Com amplo alcance, o Programa vem proporcionando o acesso dos agricultores familiares aos serviços de assessoria técnica especializada, através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), o acesso a diferentes linhas e modalidades de crédito, além de mecanismos de segurança do preço dos produtos da Agricultura Familiar.

Outro marco vitorioso para o setor foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e, vinculada a este, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001. Entre o período de 2013-2015 o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) teve a iniciativa de ampliar e fortalecer a produção, a manipulação e processamento de produtos orgânicos e de bases agroecológicas, tendo como público prioritário agricultoras e agricultores familiares, assentadas (os) da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e organizações como cooperativas e associações rurais, chegando a atender 1,868 milhão de familiares agroecológicos no Brasil nesse período. A criação do MDA favoreceu também a regulamentação da Lei da

Agricultura Familiar (nº 11.326/2006), que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Estes programas e leis levaram o Brasil a ser reconhecido por organizações internacionais, que valorizam a estrutura política e institucional construída ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido “exportados” para outros países (Grisa e Schneider, 2015). É interessante reforçar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação desta estrutura institucional.

Além das políticas federais destacam-se também as incubadoras e os centros públicos de economia solidária, que são programas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, bem como de viabilização de suas estratégias de organização e associação, objetivando promover, fortalecer, expandir e consolidar estratégias de geração de trabalho e renda e o desenvolvimento local com base no princípio da solidariedade (Gadotti, 2009). É notável o papel que as universidades (especialmente as universidades públicas) desempenham para a disseminação destes centros de apoio. Nesse sentido, (Gadotti, 2009) contabiliza mais de oitenta incubadoras universitárias comprometidas com a consolidação e a integração das cooperativas populares e outros empreendimentos solidários. Singulano et al (2018) ressalta ainda o caráter extensionista das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e seu papel na promoção e fortalecimento de princípios participativos, autogestão e do exercício mesmo na cidadania. O Fórum Social Mundial (FSM) constitui, cada vez mais, em exemplos vivos de que é possível um novo mundo. Um outro mundo não é só possível, como está sendo construído desde já (Gadotti, 2009). Uma outra economia não é só possível, como está acontecendo desde já. É o que podemos deduzir dos numerosos empreendimentos econômicos solidários organizados por numerosas redes de economia solidária: pela Rede Nacional de Cooperação Industrial (Renaci), em quatro estados (SC, RS, SP e MG), pela Rede Justa Trama, em onze estados (SP, SC, PR, RS, RO, AM, AP, PA, RR, AC e TO), pela Rede de Fruticultura Sabor Natural do Sertão (BA e PI), pela Rede de Fruticultura do Baixo Tocantins (PA e TO), pela Associação Em Rede de Artesãos (RS e PR), pela Rede Arte Sudeste (RJ, MG e ES), pela Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (PE, PB, RN, BA, CE), pela Rede de Autogestão em Artesanato (SP) e pela Rede Abelha, que articula organizações de apicultores (MA, PI, CE, RN, PB, PE e BA) Uma outra economia já está acontecendo.

Atuação do NUPEDES

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (NUPEDES) foi criado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2016 em parte como uma forma de canalizar esforços de pesquisa e atuação junto à sociedade visando responder às demandas de um conhecimento mais aprofundado sobre a região que pudesse se articular a um esforço de planejamento coletivo do desenvolvimento territorial local (Singulano et al, 2018).

O NUPEDES desde então busca contribuir para o fortalecimento de atividades econômicas alternativas à mineração na região de Ouro Preto, tendo como foco a Agricultura Familiar nas comunidades rurais do entorno, estimulando a produção agroecológica e buscando apoiar a diversificação produtiva e fomentar a geração de renda das famílias.

O Núcleo busca ainda preservar os princípios da autogestão e o incentivo à participação inclusiva de grupos sociais marginalizados. Dentre os projetos em execução destaca-se o Circula Agricultura, que visa a realização de feiras continuadas para produtos da agricultura familiar nas dependências da UFOP, e o projeto de acompanhamento da compra institucional, que, com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, possibilitou que o Restaurante Universitário comprasse, diariamente, produtos da agricultura familiar local.

A feira organizada pelo projeto Circula Agricultura é realizada todas às quartas-feiras entre as 08:00hrs e 14:00hrs. Nesta, são comercializados produtos como hortaliças, quitandas e artesanatos. Em destaque, estão os produtores expropriados de suas casas em Bento Rodrigues, devido à queda da barragem da empresa mineradora Samarco, além de moradores da comunidade do Cafundão e da comunidade de Goiabeiras (distritos de Cachoeira do Brumado, no município de Mariana).

A feira permitiu que os produtores obtivessem mais um meio de sustento autônomo para seus lares, por meio da venda ecológica e socialmente sustentável. Cabe ressaltar que a totalidade dos produtos vendidos nesta feira é de produção orgânica agroecológica, isto é, isenta de aditivos químicos, atingindo, portanto, um nicho de consumidores preocupados com questões de saúde humana e ambiental. Através desta iniciativa, os produtores locais puderam abrir novos canais de comercialização, dando a

suas hortas e quintais um caráter produtivo, consolidando tais espaços em seu potencial para a produção e a geração de renda, respeitando o meio ambiente.

O outro projeto mencionado, responsável pelo apoio às compras institucionais, atende à comunidade de Piedade de Santa Rita (que será mencionada em breve), que desde 2016 abastece o Restaurante Universitário. O grupo formou-se inicialmente com a participação de 28 jovens agricultores. Como o edital do projeto solicitava que a produção fosse agroecológica, a oportunidade impulsionou ainda mais o interesse por este tipo de cultivo, e culminou na criação de uma horta coletiva com dimensões de 3 hectares.

Além disso, a segurança de ter mercado certo para a produção por um ano criou para os(as) agricultores(as) a necessidade de aprender sistemáticas de média escala de produção, desde a aquisição de mudas, fertilização, colheita e entrega dos gêneros agrícolas. Assim, os produtores tiveram que se adaptar ao novo contexto de vendas. Com isso, algumas dificuldades surgiram especialmente relacionadas ao elevado grau de informalidade, desarranjo institucional e registros financeiros precários, o que tem levado as famílias a uma prestação de serviços em qualidade e nível inferiores aos que poderiam ser atingidos com uma gestão orientada.

Para responder a esta nova demanda, foi criado o Projeto Estruturação Financeira da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região – AAFPPE, que visa construir meios para a autonomia financeira da Associação. No contexto de pleno desenvolvimento das atividades da Associação, que envolvem o fornecimento de hortifrutigranjeiros para a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Restaurante Popular de Belo Horizonte e Escolas municipais da região, torna-se primordial a boa gestão das finanças da entidade.

O objetivo geral do referido projeto consiste na estruturação financeira da AAFPPE. Para tanto, foi feito, inicialmente, o levantamento das necessidades dos membros da Associação e de suas principais dificuldades frente às novas possibilidades de comercialização institucional. Constatou-se a necessidade de consolidar rotinas administrativas orientadas à formalização escritural financeira, oferecer treinamentos e capacitações para os responsáveis pelas novas práticas, avaliar as rotinas implementadas, corrigir falhas do processo, e assessorar a Associação e as famílias quanto ao uso consciente dos recursos obtidos.

Seguindo a ideia de contribuir para a geração de renda das Comunidades através do treinamento em métodos organizacionais, iniciamos o projeto dando enfoque à Economia Popular e Solidária dentro das atividades diárias dos agricultores e agricultoras, incentivando, acima de tudo, o cooperativismo, a democratização e principalmente a autogestão dos meios de produção dentro das comunidades e também na região do entorno do subdistrito de Piedade de Santa Rita (que compõem a AAFPRE).

Mudanças em Piedade de Santa Rita

Em meados do século XVIII, quando os tropeiros chegaram à região onde hoje está o distrito Santa Rita de Ouro Preto, fixaram ali uma pequena vila onde foi construída uma capela-mor feita basicamente de pedra, barro e madeira. A capela, cuja construção possivelmente foi finalizada em 1734, tinha como padroeira Santa Rita de Cássia, que mais tarde inspirou o nome da vila. O processo de urbanização ganhou força no final do século XIX, mas apenas em 1938 Santa Rita foi elevada à categoria de distrito pelo decreto de Lei N° 148, denominando-se Santa Rita de Ouro Preto. Estima-se que cerca de metade dos seus 6 mil habitantes, já moravam nos subdistritos. Dentre eles, está o subdistrito de Piedade, do qual trataremos neste tópico.

A atuação do NUPEDES no território de Piedade se dá a partir da perspectiva das atividades de extensão como um processo que extrapola a pesquisa acadêmica, constituindo-se em um processo de construção social. Tendo isso em vista, a metodologia aplicada nas ações está alinhada ao suposto por Jane Prates (2017), de que “os elementos de problematização, análises, breves sínteses, opções, portanto, fazem parte da rotina, não há como planejar, agir de modo melhor direcionado, senão pautados por avaliações sobre a realidade que implicam necessariamente atitudes investigativas”. Nesse sentido, a atuação do Núcleo busca fomentar o que o autor chama de “processos sociais emancipatórios”, quais sejam, “aqueles que conformam o processo pedagógico de participação e incluem iniciativas como mobilização, organização, conscientização, capacitação e gestão autônoma da vida e de processos que os sujeitos constroem e se inserem, mesmo que limitadas pelos contextos histórico-culturais e condições de vida” (Jane Prates, 2017).

A busca pelo fomento a tais processos sociais emancipatórios se reflete em uma atuação que visa à troca de conhecimentos entre os proponentes dos projetos extensionistas e os comunitários. No caso que será considerado aqui, do projeto de ensino da autogestão, vale ressaltar que o processo ocorre primordialmente pelo exemplo prático, uma vez que não se trata apenas de oferecer cursos, mas de construir valores, uma cultura de gestão, juntos. Iniciou-se, assim, o projeto extensionista em conjunto com as famílias e os alunos envolvidos, por processos de ensino-aprendizagem, buscando obter soluções aplicáveis à realidade da Associação.

Assim, a implementação das rotinas, simultaneamente ao treinamento oferecido pela equipe do projeto, torna possível a verificação de falhas, também levantadas por meio de encontros periódicos. Além disso, realiza-se oficinas sobre orçamento familiar, consumo consciente e fundamentos de gestão financeira junto aos envolvidos. Com o projeto em andamento já é possível identificar que os membros da Associação estão se desenvolvendo e colocando em prática a organização do seu controle financeiro, o levantamento de patrimônio e o hábito de se reunirem para discutir o andamento da Associação.

Nota-se também que os pressupostos da Economia Solidária já se faziam presentes na comunidade e o encontro desta realidade com o conceito vem trazendo maior legitimidade à atividade, culminando em um processo de crescimento pessoal e empoderamento dos agricultores, conferindo novos sentidos para o trabalho e a convivência, tornando-os mais produtivos e mais rentáveis dentro da Associação e nos demais espaços de interação. Vale salientar que o processo de reestruturação da Associação é um processo demorado que vem buscando consolidar as redes entre o campo e a cidade. Tal processo vem fortalecendo as relações entre Economia Solidária, Agricultura Familiar e Agroecologia (cujos valores são compartilhados) através do trabalho cooperativo, de forma que os(as) agricultores(as) se sintam participantes do processo de comercialização, e não apenas provedores de produtos/matéria-prima.

Buscando ilustrar este processo, realizamos uma entrevista com o Sr. Ricardo César da Silva, no dia 17 de Outubro de 2018. Ricardo é o atual presidente da Associação, que atualmente conta com cerca de 100 agricultores. Quando questionado sobre o surgimento da Associação, Ricardo conta que a Associação nasceu em 1993, por uma necessidade local da comunidade rural, para reunir e discutir os problemas das

famílias, ajudar os mais carentes, construir pontes e fazer melhorias na comunidade. “Com o passar dos anos, solucionou-se vários problemas locais. Com isso, começamos a pensar em diversificar a nossa produção, pois estávamos caminhando apenas para uma produção ligada ao carvão através do eucalipto”. Só a partir de 2008, com base na Lei da Agricultura Familiar a associação caminhou para as vendas ligadas à produção alimentar.

Perguntamos, então, se o Sr. Ricardo acreditava que a Lei havia sido um incentivo importante para que a comunidade migrasse da produção do carvão para a Agricultura Familiar, mudando sua fonte de renda principal. A resposta foi afirmativa. Segundo ele a comunidade tinha apenas a possibilidade de comercialização de carvão, não existia oportunidade e nem possibilidade de acessar mercados, porque os supermercados só recebiam fornecimentos pelo CEASA. Segundo Sr. Ricardo: “outra coisa que aconteceu nessa época era que todo mundo produzia eucalipto para a produção de carvão, como é um trabalho que demanda muita mão de obra, as pessoas abandonavam as próprias hortas. As pessoas plantavam eucalipto, faziam carvão, vendiam, e iam comprar verduras. E isso, depois dessa Lei, aconteceu que as pessoas começaram a produzir e consumir seu próprio alimento das hortas de novo né? Da própria comunidade”.

Em seu relato, ele afirmou ainda que, atualmente, são produzidos em torno de 50 produtos diferentes dentro da Associação, incluindo as quitandas, o açúcar mascavo e a rapadura, frutas, legumes e verduras. Destes produtos, destacam-se dois que, segundo ele, são os que usam matéria prima da própria localidade: o cobú, descrito como “uma quitanda antiga que os antepassados faziam, que é feita de fubá com coco”, e o biscoito de polvilho vegano, inovação criada para atender a este novo mercado. A novidade, que tem uma boa saída no mercado, surgiu da substituição do leite de vaca pelo leite de arroz, e do ovo de galinha pela linhaça, substituições sugeridas por uma profissional que atua no local.

Sr. Ricardo mencionou ainda as mudanças que ocorreram na comunidade com a transição entre o carvão e a agricultura familiar: “Primeiro, o hábito de alimentação voltou de novo a ser do local. Outro é a organização, então as pessoas começaram a se organizar, pensando em o que elas querem produzir. Se eu quero produzir hortas, nós vamos achar pessoas que queiram produzir na horta, tendo os mesmos interesses. Se quiserem produzir quitandas nos organizaremos para produzir quitanda, e aí já ficou

bem específico, cada um se agrupa e se organiza no seu grupo, mas no final se juntam para um bem que é o comum de todos. O coletivo que está predominando agora. Tem também a troca entre um e outro, e, além disso, tem as compras, quando começam a ganhar o dinheirinho eles começam a comprar do vizinho e entre eles também”.

Questionado sobre as dificuldades enfrentadas na produção e comercialização, o Sr. Ricardo ressaltou a dificuldade de acesso aos mercados pela precariedade das estradas na zona rural. Outro fator destacado foi “a questão da formação para os agricultores, é ainda uma coisa que pega, por conta da logística, é difícil saber os cálculos”. Além disso, mencionou as dificuldades dos(as) agricultores(as) em administrar o seu negócio. Segundo ele, “eles sabem produzir, mas não sabem comercializar, não sabem administrar e não sabem que devem investir”.

Por fim, ao ser questionado quanto às suas expectativas para o futuro da Associação, Sr. Ricardo respondeu: “Gostaria que ela chegasse no que estamos planejando pra ela ser, que é desenvolver nossa área rural com foco na Agroecologia, que vai muito além do que simplesmente comercializar, valorizando as pessoas que trabalham, valorizando os recursos naturais que a gente tem e com as pessoas visitando e conhecendo, né? A agricultura familiar permite muito isso! Que a gente consiga trabalhar valorizando toda a sociedade. Vejo a nossa região trabalhando nesse sentido, não trabalhando com monocultura ou em alguma coisa que seja só exploratória em troca de dinheiro. É isso que eu vejo. E a agricultura familiar junto com a economia popular e a agroecologia, é contra o modelo que se vê até então. Tudo é ambiental, social, econômico, e é resistência! Também é uma questão de sucessão rural, porque mesmo no carvão as pessoas quando tiveram oportunidade de produzirem, vender e ganhar dinheiro, não ficaram na roça, eles ganharam dinheiro pra ir embora e comprarem suas casas na cidade, eles foram embora. E agora com a agroecologia os jovens querem ficar, porque é diferente, não muda só a questão econômica, muda a visão de mundo das pessoas e as pessoas só ficam na comunidade se elas gostarem.”

Em seu relato Sr. Ricardo ainda ressaltou problemas que podem ocorrer no que diz respeito à produção agroecológica. Disse que durante alguns meses enfrentaram problemas para manter as entregas na universidade, em um período em que os agricultores não conseguiram produzir agroecologicamente. A saída encontrada foi justificar a não produção e não fazer as entregas no período. Uma solução possível, logo

descartada, seria manter a produção com a utilização de agrotóxicos. Tal fala desvela o processo decisório e a seriedade com que a comunidade encara os compromissos com a agroprodução.

Conclusão

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo NUPEDDES é ainda recente, o que limita a avaliação de seus resultados. Contudo, tem se apresentado como uma experiência inovadora em termos de desenvolvimento territorial na região de Ouro Preto e Mariana. O potencial inovador dessa experiência se deve em parte pelo foco dos projetos em uma atividade que era até então invisibilizada - a agricultura familiar – mas que se mostra de grande relevância econômica e social para o desenvolvimento da região.

É importante salientar que o desenvolvimento dos projetos relatados depende do suporte de políticas públicas para a agricultura familiar. Com isso, pautamos que nossa atuação no local junto à agricultura familiar depende de políticas, sobretudo de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização, que se definem em esferas político-institucionais mais amplas. O NUPEDDES iniciou seu trabalho justamente em um momento em que, no Brasil, vivemos um desmonte sistemático do aparato de Estado que conferia suporte à agricultura familiar. Neste contexto adverso, os projetos se mantêm e se fortalecem a partir de três fatores.

Em primeiro lugar, a sinergia que se tem conseguido fomentar entre diversos agentes que atuam no local com agricultura familiar, como representantes do poder público em nível municipal e estadual, representantes da própria universidade, das comunidades locais e de organizações dos agricultores e da sociedade civil. Todos os projetos relatados contaram com parcerias com diversos agentes para sua efetivação.

Mais do que uma parceria, tem se buscado alinhar propósitos e agendas dos diversos agentes que atuam no local. Assim, por exemplo, para a implementação do projeto Circula Agricultura foi fundamental a atuação em conjunto com a EMATER, a Prefeitura de Mariana e a SEDA.

Em segundo lugar, o capital social das próprias comunidades, sobre o qual se tem investido a partir das atividades técnicas e políticas, do incentivo ao protagonismo

das agriculturas, dos agricultores e de suas organizações e da dimensão festiva e da sociabilidade no contexto local. Por exemplo, o fortalecimento das redes de relações, da confiança e das organizações locais tem sido fundamental para o projeto da compra institucional. Esse fortalecimento foi favorecido pelo Festival da Terra, bem como por outras atividades do NUPEDDES, nas comunidades de Piedade de Santa Rita e Goiabeiras.

Estes dois fatores que apreendemos a partir das experiências relatadas nos levam a refletir, ao passo em que são iluminados pelas perspectivas teóricas, sobre os possíveis efeitos em termos de desenvolvimento da sinergia entre as esferas da burocracia estatal, do mercado e da sociedade civil, tal como sugere Evans (2004), bem como sobre a importância do capital social para processos de desenvolvimento comunitário, como indica Putnam (1996), entre outros autores dedicados ao conceito e suas aplicações empíricas.

Propomos, portanto, que estas experiências têm definido um caminho possível para o desenvolvimento territorial a partir da agricultura familiar que se constitui por meio do fortalecimento do capital social das comunidades locais, da sinergia entre os agentes que conferem suporte aos agricultores no acesso a políticas públicas de crédito, comercialização e de economia popular e solidária, bem como na abertura de novos mercados mais justos e remuneradores para a agricultura familiar.

Para Jane Prates (2017) a luta por processos que estreitam a interface entre a Universidade e a Sociedade, que avancem na ampliação de canais de participação, que se fundamentam em processos de planejamento efetivamente participativos, em investigações cujos sujeitos investigados tornem-se investigadores ao longo do processo, e extensões que realmente intercambiam saberes e respondam às necessidades da população e da formação, são coisas que interessam profundamente na medida em que auxiliam a materialização de nosso projeto ético-político, logo, precisam compor nossas bandeiras de luta e serem temas centrais em nossos debates.

Paul Singer sugere que em “outro mundo possível” devem coexistir vários outros modos de produção. Não tratando de tornar uma, e só uma, economia. Trata-se de promover uma pluralidade de economias convergindo para o mesmo fim que é a felicidade humana (Singer, 2000).

Referências Bibliográficas:

BATOMÉ, S. P. Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade. In: FARIA Dóris Santos de. (org.). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília. UnB, 2001. p. 159 – 175.

COSTA, F. N. Economia monetária e financeira – uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron, 1999.

EVANS, P.; BLOCK, F. (2005). The StateandtheEconomy. In: SWEDBERG, R.; SMELSER, N. J. The HandbookofEconomicSociology. Princeton, New York: Princeton University Press; Russel Sage Foundation.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. 13ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

GADOTTI, Moacir. Economia Solidária Como Práxis Pedagógica. São Paulo: Ed,L Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIÃO, L. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Os efeitos do PAA e do PNAE na comunidade de Santa Rita, Município de Ouro Preto/MG. In: Monografia de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2017.

GRISA, C. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. Brasília: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol 52, n. 2, 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/planapo/>> . Acesso em: 16 jun. 2018.

MOTTA, Eugênia. Economia Solidária e Agricultura Familiar uma integração necessária. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n. 35, p 80-84, jun. 2007.

PRATES, J. C. A Pesquisa e a Extensão no Processo de Ensino-Aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre. 2017.

PUTNAM, Robert. (1996). Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (org.) et alii. A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego. SP: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. In: Proposta – Revista Trimestral de Debates. São Paulo: FASE, 1997.

SINGULANO, M. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial em uma Região Mineradora: O caso dos Municípios de Mariana e Ouro Preto – Minas Gerais, Brasil. In: X Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia. Uruguai, 2018.

WILKINSON, J. O estado, a agricultura e a pequena produção [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 229 p.